



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

**ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS  
ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM  
CONTEXTO DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?**

Ender Alberto de Sousa Carvalho

ORIENTADORA: Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti

BRASÍLIA/2011



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



Ender Alberto de Sousa Carvalho

## **ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM CONTEXTO DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em  
Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão  
Escolar, do Depto. de Psicologia Escolar e do  
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UAB/UnB  
Orientadora: Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti.

BRASÍLIA/2011

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

Ender Alberto de Sousa Carvalho

### **ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM CONTEXTO DE INCLUSÃO OU DE EXCLUSÃO?**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 16/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

---

Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti  
Orientadora

---

Riane Natália S. Vasconcelos  
Examinadora

---

Ender Alberto de Sousa Carvalho  
Cursista

BRASÍLIA/2011

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por esta oportunidade que me foi dada, por ter conhecido pessoas super capacitadas que me orientaram e me ajudaram a superar as fases mais difíceis, mas que foram fundamentais para o meu aprendizado.

Não posso deixar de agradecer à minha mãe, que hoje não se encontra entre nós, mas que foi a base da minha vida e que me ensinou, com sua simplicidade, os princípios morais e éticos que formaram o profissional e homem que hoje sou.

A minha Irmã que cuidou e me ensinou muitas coisas e a meus irmãos que torceram por mim. Aos diretores e “professores de Educação Física” do município de Cidade Ocidental/GO, que me receberam muito bem e à minha orientadora Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti pela paciência que teve comigo.

Dedico em especial este trabalho a minha esposa Ana Maria, pelos incentivos e os puxões de orelha, e principalmente, pelas inúmeras revisões de texto que foram feitas.

Muito obrigado a todos!

## RESUMO

A presente pesquisa pretende examinar se a Educação Física, no município de Cidade Ocidental/GO, contribui ou não para o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Trata-se de um estudo qualitativo que se propôs a observar e a analisar a participação dos 23 estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física, do 6º ano ao 9º ano, das escolas públicas do município de Cidade Ocidental/GO. Com a pesquisa, buscou-se obter informações sobre a atuação do “professor de Educação Física” em relação à participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física para verificar se a disciplina atua como fator de inclusão ou de exclusão. Os resultados revelaram o grande despreparo dos “professores de Educação Física” que atuam no município. Evidenciou-se a ausência de conhecimentos, tanto relativos aos conteúdos da disciplina, quanto aos tipos de deficiências que os estudantes apresentavam. Ademais, observou-se, também, a falta de comprometimento e de criatividade na elaboração das atividades participativas e cooperativas, fatores responsáveis para o desenvolvimento do domínio cognitivo, social, afetivo e motor dos estudantes. Em decorrência destas características evidenciadas, conclui-se que as aulas de Educação Física contempladas neste estudo, têm desfavorecido o processo de inclusão educacional de estudantes com necessidade educacionais especiais, a partir de práticas pedagógicas excludentes e não compatíveis à perspectiva educacional inclusiva. Espera-se que a partir da mobilização dos setores educacionais competentes do município seja promovido o desenvolvimento do processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais, com vistas à reflexão e implementação de práticas pedagógicas, sobretudo no âmbito da Educação Física, para o favorecimento da qualidade de vida e de aprendizagem de cada um de todos os estudantes.

**Palavras-chave:** Educação Física, inclusão, desenvolvimento, necessidades educacionais especiais.

# SUMÁRIO

RESUMO	
LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS	
APRESENTAÇÃO .....	09
I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....	12
1.1 - Evolução Histórica do Processo de Inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais .....	12
1.2 - Participação dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais no Processo de Inclusão.....	15
1.3 - Teorias e Concepções Sobre Inclusão.....	17
1.4 - Escola Regular: Reflexões Sobre sua Realidade .....	18
1.5 - O Papel da Educação Física como Disciplina Curricular .....	19
1.6 - A Relação da Educação Física no Processo de Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais.....	22
1.6.1 - A Importância da Educação Física no Processo de Inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais .....	23
II – OBJETIVOS .....	26
2.1 – Objetivo Geral.....	26
2.2 – Objetivo Específicos.....	26
III – METODOLOGIA .....	27
3.1 - Fundamentação Teórica da Metodologia .....	27
3.2 - Contexto da Pesquisa .....	27
3.3 - Participantes .....	28
3.4 - Instrumentos de Construção de Dados .....	29
3.5 - Procedimentos de Construção de Dados.....	29
3.6 - Procedimentos de Análise de Dados .....	30
IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	32
V – CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	45
REFERÊNCIAS .....	49
APÊNDICE .....	52
A - Questionário Aplicado aos “Professores de Educação Física” .....	52
B - Roteiro de Observação das Aulas de Educação Física .....	54
C - Relatório dos Dados da Observação .....	55

ANEXOS .....	56
A - Carta de Apresentação – Escola .....	56
B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor .....	58

## LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Divisão de objetivos educacionais de Bloom .....	21
Quadro 2: Cronograma de observação das aulas de Educação Física .....	30
Quadro 3: Categorias de análises .....	31
Quadro 4: Diferença entre cooperação e competição .....	42

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Área de formação .....	32
Gráfico 2: Formação continuada em educação inclusiva .....	33
Gráfico 2.1: Qualificação Profissional – Graduação e Especialização .....	34
Gráfico 2.2: Qualificação Profissional – não possuem qualificação .....	35
Gráfico 3: Conhecimento sobre a deficiência do estudante .....	36
Gráfico 4: Estudantes participativos .....	37
Gráfico 5: Ocupação do estudante quando não participam das aulas .....	38
Gráfico 6: Estudantes que sofrem discriminação .....	39
Gráfico 7: Atividades elaboradas pelos professores .....	40
Gráfico 8: Atividades que favorecem a cooperação .....	41
Gráfico 9: Estudantes que se irritam .....	42
Gráfico 10: Estudantes que conseguem atingir os objetivos propostos .....	43
Gráfico 11: Domínio mais importante .....	44
Gráfico 12: Professores preparados.....	44



## APRESENTAÇÃO

A motivação para o desenvolvimento desta pesquisa perpassa a angústia vivenciada como professor de Educação Física, no que diz respeito à dificuldade em encontrar caminhos realmente eficazes para a inclusão escolar no município de Cidade Ocidental/GO. Durante minha trajetória profissional, foi possível verificar que os estudantes com necessidades educacionais especiais vivenciam uma situação escolar precária em seu cotidiano. Em busca de garantir o acesso e a participação de todos, inclusive dos estudantes com necessidades educacionais especiais, é preciso promover uma reviravolta no processo de inclusão do município, como forma de garantir às novas gerações o direito de uma escola que realmente os atenda.

Como a Educação Física também é uma disciplina curricular do processo pedagógico, faz-se necessário alertar e orientar os professores do município, que atuam nesta área, especificamente com relação à perspectiva educacional inclusiva. Minha experiência como professor de Educação Física permitiu-me compreender que é possível atuar na perspectiva inclusiva, o que, infelizmente, não é comum na maioria das classes. A participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física pode contribuir para a eliminação das barreiras do preconceito e discriminação, promovendo a todos o seu desenvolvimento e a sua participação social. Percebi que mesmo amparados pela legislação, esses estudantes não encontram nas escolas um atendimento eficaz às suas necessidades. Portanto, em meio a uma sociedade excludente, gerir um projeto de inclusão no município de Cidade Ocidental-GO se torna um desafio.

O grande desafio do professor de Educação Física é atender às necessidades dos estudantes, principalmente daqueles com necessidades educacionais especiais. Incluir estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física requer entender, atender e compreender suas características e seu potencial. Segundo Souza (2007), o aluno incluído tem a chance de experimentar a riqueza da diferença e ter os sentimentos de solidariedade fortalecidos.

A atuação do professor de Educação Física tem sido pesquisada no decorrer dos anos sob diferentes vertentes, gerando polêmicas acerca da qualidade, das intervenções, das atitudes, dos comportamentos e até dos locais de atuação (SHIGUNOV e PEREIRA, 1994). Os motivos dessas pesquisas estão vinculados às evidências do despreparo dos professores de Educação Física, situação que vem dificultando o processo de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem de estudantes, principalmente daqueles com necessidades educacionais especiais matriculados nas redes de ensino público que participam das aulas de Educação Física. Tais circunstâncias comprometem o processo de adaptação e construção da autonomia dos referidos estudantes no meio escolar.

A Educação Física, como disciplina obrigatória do currículo escolar, pode representar oportunidade de inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Os conteúdos dessa disciplina são baseados nos Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN), o que possibilita uma formação integral, a partir da qual os estudantes possam se tornar cidadãos conscientes de sua atuação na sociedade. A participação ativa e efetiva dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física pode ajudá-los a caminhar nesta direção, além de proporcionar-lhes o desenvolvimento da aptidão física, da saúde, da sua relação com o meio em que vive.

A Educação Física deve trabalhar os aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores dos estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais, a fim de cumprir os objetivos esperados, constantes na proposta pedagógica da instituição educacional, referente a este específico componente curricular. Neste sentido, o professor de Educação Física poderá integrar esses estudantes ao grupo, estimulando-os e oferecendo-lhes oportunidades de vivência e de experiência, respeitando suas limitações e considerando suas potencialidades. Entretanto, muitas vezes alguns alunos não participam das aulas de Educação Física em virtude de se sentirem envergonhados ou pelo receio de ficarem expostos ao julgamento de outros, o que os prejudica no desenvolvimento referente aos aspectos cognitivos, afetivos, sociais e motores (PCN/EDUCAÇÃO FÍSICA, 2001).

Segundo Hildebrandt (1987), a falta de estímulo a qualquer estudante nas aulas de Educação Física desfavorece a construção de seus conhecimentos, de atitudes de solidariedade, de respeito e de sua aceitação no meio social. O autor ainda afirma que a inclusão dos estudantes é o eixo fundamental que norteia a concepção e a ação pedagógica da Educação Física escolar. Para Souza (2007), a inclusão valoriza a diversidade, a acessibilidade e a participação dos estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais, desde que oferecidas oportunidades e respeitados seus limites e suas capacidades.

O simples fato de inserir os estudantes com necessidades educacionais especiais na rede de ensino público não caracteriza inclusão. Para Booth (1999 apud Mittler, 2003), inclusão, significa aumentar a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas escolas de forma que reduza a exclusão e, conseqüentemente, diminua as desigualdades sociais e a marginalização. De acordo com os PCN/Educação Física (2001), o resultado que se espera do estudante é a sua participação nas aulas de Educação Física para que possa estabelecer relações equilibradas e construtivas, adotar respeito e solidariedade, se conhecer como elemento integrante do meio e solucionar problemas. Caso esses resultados não sejam alcançados, os estudantes com necessidades educacionais especiais sofrerão perdas significativas, desfavoráveis ao processo de desenvolvimento e aprendizagem.

No Brasil, há por parte da legislação o pleno suporte à garantia dos direitos de todos à educação de qualidade, principalmente dos estudantes com necessidades educacionais especiais. O intuito é promover condições escolares favoráveis ao desenvolvimento da criatividade, construção de conhecimentos, da autonomia, da identidade e promoção da cultura. Sendo assim, por meio da Educação Física, os estudantes com necessidades educacionais especiais passam a fazer parte de um espaço escolar relevante que ofertará oportunidade de experimentar, vivenciar e interagir no mundo.

Espera-se que a partir de seus resultados seja possível contribuir para reestruturação da prática de ensino, com vistas ao processo de inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais por meio da adequação de práticas pedagógicas relativas às aulas de Educação Física, venha promover o desenvolvimento de novos estudos na área.

## I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica será desenvolvida em seis seções. Na primeira seção será apresentado um breve histórico sobre a legislação vigente no Brasil, que garante e assegura os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede pública de ensino. A segunda seção relata a participação dos estudantes com necessidades educacionais no processo de inclusão.

A terceira seção disporá sobre o conceito e a importância da inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

Na quarta seção, uma análise sobre as práticas da educação inclusiva desenvolvidas nas escolas e também sobre as ações que possibilitam o desenvolvimento do ensino e aprendizagem, como forma de inclusão educacional e social nas escolas da rede pública de ensino do município de Cidade Ocidental/GO.

Na quinta seção, o destaque é dado à concepção da disciplina de Educação Física. Serão enfocados aspectos como a importância deste componente curricular, seu papel como disciplina/componente curricular e sua contribuição no processo de inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

A relação entre estudantes com necessidades educacionais especiais e a prática de atividades nas aulas de Educação Física será apresentada na última seção, onde serão ressaltados os benefícios desta área ao processo de desenvolvimento e inclusão dos estudantes.

### **1.1 – Evolução Histórica do Processo de Inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais**

Neste primeiro momento será apresentado um breve histórico sobre os principais documentos que marcaram, internacional e nacionalmente, o desenvolvimento do processo de inclusão destinado aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Esses documentos, que dispõem sobre os direitos desses estudantes, representam os principais marcos que impulsionaram o desenvolvimento das políticas de inclusão.

A inclusão educacional de estudantes com necessidades educacionais especiais se deve às ações sociais que se desenvolveram ao longo da história. Para Lustosa e Bortolotti (2007), a trajetória histórica que envolve o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais acabou desenvolvendo uma sensibilização social e educacional. Essa sensibilização está expressa em documentos e tratados nacionais e internacionais que estão inseridos no dia a dia da família e no processo educacional de cada escola da rede pública de ensino.

Müller *et al.* (2010, p. 39 – 40), destaca alguns documentos internacionais que marcaram, ao longo do tempo, o processo de inclusão:

- **Declaração Universal dos Direitos Humanos, Organização das Nações Unidas (ONU, 1948).**

Declara que *“Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade”*.

- **Declaração Universal dos Direitos da Criança, Organização das Nações Unidas (ONU, 1959).**

Declara que *“À criança incapacitada física, mental ou socialmente serão proporcionados o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos pela sua condição peculiar”*.

- **Declaração Mundial de Educação para Todos, Jomtien – Tailândia (UNESCO, 1994).**

Declara a importância da educação para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades, sendo um elemento essencial para a conquista do progresso social, econômico e cultural.

- **Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca – Espanha (UNESCO, 1994).**

Declara que todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; cada criança tem características que lhe são próprias; os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenham em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades.

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN/Nº 9.394 – 1996.**

Garante aos educandos com necessidades educacionais especiais um atendimento educacional especializado e gratuito; apoio especializado; professores especializados e capacitados.

- **Guatemala - (1999)**

Foi constituída a Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência.

- **Montreal – Canadá (2004)**

Propõe a Declaração de Montreal sobre a deficiência intelectual.

Blattes (2006, p. 20, 29-73, 75-98, 296-300) destaca como os principais documentos orientadores nacionais:

- **Constituição Federal – 1988**

No Artigo 208 garante o direito de atendimento especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em seu Artigo 227 garante o acesso aos bens e serviços coletivos sem preconceitos e obstáculos.

- **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA/1990**

Aborda em seu Artigo 53 o direito à educação com igualdade de condições e direito ao respeito de seus educadores.

- **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Resolução CNE/CEB Nº 02/2001 – 2001**

Os educandos com necessidades educacionais especiais como foco principal.

- **Saberes e Práticas da Inclusão – Secretaria de Educação Especial – MEC/2006**

Enfatiza a importância das equipes de avaliação junto aos professores nas escolas regulares de ensino em busca de estratégias conjuntas a serem implementadas em prol do educando com necessidades educacionais especiais.

Conforme rege a legislação sobre o tema, a ampliação da cidadania, vinculada às políticas sociais, está voltada aos direitos fundamentais da pessoa humana, destacando o direito à educação. De acordo com Blattes (2006), a legislação prevê a participação dos indivíduos nos espaços e processos comuns de ensino e aprendizagem realizados pela escola.

Um exemplo é a Legislação Educacional Especial do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica/DF, resolução nº 02 de 2001, que garante o seguinte direito:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos, [...] definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (CNE/CEB, p. 01).

## **1.2 – Participação dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais no Processo de Inclusão**

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 3), item 3 da Estrutura de Ação em Educação Especial, “necessidades educacionais especiais” é o termo que se refere a “todas aquelas crianças ou jovens cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem”. Há crianças que, em algum momento de sua vida escolar, apresentam dificuldade de aprendizagem e a consequente necessidade educacional especial na sua escolarização. As desvantagens

severas devem ser alvo de atuação das escolas, que precisam procurar maneiras de educar estas crianças de modo a terem sucesso em seu desenvolvimento e processo de aprendizagem.

A educação inclusiva deve ser praticada, levando aos arranjos educacionais especiais com vistas à inclusão de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. A Declaração de Salamanca (1994, p. 4) aponta a educação inclusiva como aquela que favorece o “desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança e capaz de bem-sucedidamente educar todas as crianças, incluindo aquelas que possuam desvantagens severa”.

O intuito das escolas que atuam de maneira inclusiva vai além de fornecer educação de qualidade a todas as crianças, reside também na responsabilidade de fomentar a mudança de mentalidades e atitudes, deixando de ser discriminatórias e possibilitando a criação de comunidades acolhedoras para o desenvolvimento de uma sociedade realmente inclusiva (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

O processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais nas aulas de Educação Física, propostas nas escolas, demanda os seguintes cuidados:

[...] deve-se analisar o tipo de necessidade especial que esse aluno tem, pois existem diferentes tipos e graus de limitações, que requerem procedimentos específicos. Para que esses alunos possam freqüentar as aulas de Educação Física é necessário que haja orientação médica e, em alguns casos, a supervisão de um especialista em fisioterapia, um neurologista, psicomotricista ou psicólogo, pois as restrições de movimentos, posturas e esforço podem implicar riscos graves (PCN/Educação Física, 2001, p. 40)

Os estudantes com necessidades educacionais especiais, independentemente da deficiência que trazem, também fazem parte do contexto social e devem fazer parte do processo de inclusão, participando ativamente das atividades escolares, não devendo ser por ordem de sua deficiência excluídos, marginalizados e esquecidos. Neste sentido as aulas de Educação Física podem oportunizar o favorecimento da integração social do estudante, além de também promover o desenvolvimento de sua auto-estima.



### 1.3 – Teorias e Concepções Sobre Inclusão

Para Sasaki (apud Cidade e Freitas, 2002 p. 26), a inclusão social “é a modificação da sociedade como pré-requisito para que a pessoa com necessidades educacionais especiais possa buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”. O autor ainda afirma que a inclusão proporciona transformações no ambiente e na mentalidade das pessoas para que a sociedade não só valorize as diferenças, mas aprenda a conviver com elas.

O educando é um ser dinâmico, complexo, em desenvolvimento, com características únicas. Está inserido num intrincado contexto que engloba a família, o meio social, os valores pessoais, familiares e da comunidade maior, bem como o ambiente físico, geográfico e histórico desta e daquela. O educando vive em constante interação com seu meio, contribuindo para mudanças substanciais no mesmo, e dele recebendo importantes influências (CARDOSO, 1997).

A inclusão, além de valorizar as diferenças individuais, possibilita o aumento participativo dos estudantes com necessidades educacionais e a acessibilidade, desde que respeitados seus limites e suas capacidades (SOUZA, 2007). O propósito da perspectiva educacional inclusiva é combater a exclusão, as desigualdades sociais, a marginalização e proporcionar a quebra de paradigmas (MITTLER, 2003).

A inclusão, como foco das propostas educacionais discutidas na atualidade, preconiza a educação de todos os estudantes com necessidades educacionais especiais, em uma classe comum do ensino regular. Segundo Angelucci (2002), apesar de todos os indivíduos estarem inseridos socialmente, incontestavelmente podem continuar sendo excluídos. Para o referido autor, o processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais diverge da realidade:

A política educacional gerada nesse contexto dá continuidade à ilusão de que nesta realidade há igualdade de oportunidades. Investe na garantia de acesso e permanência da maioria das crianças e jovens em idade escolar, mas sem melhorar a qualidade do ensino ofertado. (ANGELUCCI, 2002, p. 55).

#### **1.4 – Escola Regular: Reflexões Sobre sua Realidade**

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas classes comuns do ensino regular requer um atendimento educacional de qualidade para que sejam garantidos o seu acesso e a sua permanência no contexto escolar (EMINERGÍDIO *et al.*, 2010). Portanto, o atendimento educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais, matriculados na rede de ensino regular, depende de recursos humanos, pedagógicos e físicos. Sem esses recursos certamente o futuro da escola inclusiva não existirá tão cedo (GLAT *apud* BEYER, 2006).

A rede pública de ensino regular do município de Cidade Ocidental/GO recebe crianças com necessidades educacionais especiais, seja qual for a sua deficiência. No ambiente escolar, esses estudantes poderão vivenciar experiências de modo que possam adaptar-se ao meio e relacionar-se com os outros estudantes, contando com a implementação de adaptações físicas, funcionais e curriculares necessárias a cada caso. Segundo Souza (2007), o cotidiano das escolas demonstra uma realidade árdua de estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados na rede de ensino regular. Esses alunos tendem a permanecer no meio escolar, mas à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, com prejuízos tanto no processo de construção de conhecimentos como no âmbito das interações sociais.

Os conhecimentos adquiridos pelo estudante em suas experiências pessoais, sociais e culturais precisam ser acolhidos, considerados, ampliados e aprofundados no ambiente escolar. Daí a importância da atuação da escola, que deve buscar formas de ajudá-lo a não se contentar com o conhecimento que já possui, levando-o a superar o senso comum. O estudante, assim estimulado, será capaz de entender fenômenos e conceitos, articulando o que estuda e o que já sabe, envolvendo uma ou diversas áreas do conhecimento (DESSEN; POLONIA, 2007),

O estímulo ao desenvolvimento e aprendizagem do estudante, quando bem desenvolvido nas escolas da rede de ensino regular, poderá compensar e auxiliar os estudantes no sentido de melhor conviver com suas deficiências e ainda assim continuar progredindo no contexto escolar. Entretanto, produzir

situações pedagógicas promotoras de estímulo aos estudantes é um grande desafio para as escolas. Sem estímulos, os estudantes com necessidades educacionais especiais poderão continuar marginalizados e esquecidos pelos professores e pela sociedade.

Para Cidade e Freitas (2002), a escola deve ser um espaço inclusivo de dimensões físicas e atitudinais, englobando elementos os mais variados, como arquitetura, engenharia, acesso, comportamentos e valores. As autoras salientam as condições atuais das escolas em relação às condições ideais de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Segundo Pedrinelli (2002, p. 31), participar de um processo inclusivo requer:

[...] estar predisposto, sobretudo, a considerar e respeitar as diferenças individuais, criando a possibilidade de aprender sobre si mesmo e sobre o outro, em uma situação de diversidade de idéias, sentimentos e ações. Com este pressuposto, sugere-se que a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência seja um processo de ensino-aprendizagem onde tanto o professor como o aluno aprendem e ensinam.

A escola é um laboratório de pesquisa que possibilita aos professores, diretores e funcionários que compõem o quadro escolar uma visão mais detalhada da prática vivenciada por eles em seu dia a dia em relação às leis e às normas que regem o direito dos alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na rede de ensino regular. Nesse sentido, o papel da escola é garantir aos estudantes com necessidades educacionais especiais o seu acesso e a sua permanência no meio escolar, contemplando a sua participação efetiva em todas as atividades e disciplinas, principalmente na Educação Física.

### **1.5 – O Papel da Educação Física como Disciplina Curricular**

Para Sousa (2002, p. 37), “a inclusão proporciona uma visão arrojada de escola, ensino, educação e Educação Física”. Em relação à Educação Física, permite ao professor desenvolver atividades tanto para estudantes “comuns” como para aqueles com necessidades educacionais especiais.

A atuação do professor de Educação Física é um fator importante no sentido de melhor atender e qualificar a formação de seus estudantes, especialmente aqueles com necessidades educacionais especiais. Tanto a escola como os professores precisam ter uma visão inclusiva para que possam conviver com as diferenças e reconhecer as necessidades que estes estudantes demandam em relação ao contexto escolar. Os planos de aulas dos professores de Educação Física devem estar de acordo com o que propõe o projeto político-pedagógico da instituição educacional.

Muitos são os desafios que as escolas enfrentam. Desafios que minam o desejo de se alcançar um sistema educacional mais inclusivo. Segundo Mittler (2003), as necessidades educacionais especiais precisam ser vistas em contextos mais amplos das desigualdades e da marginalização.

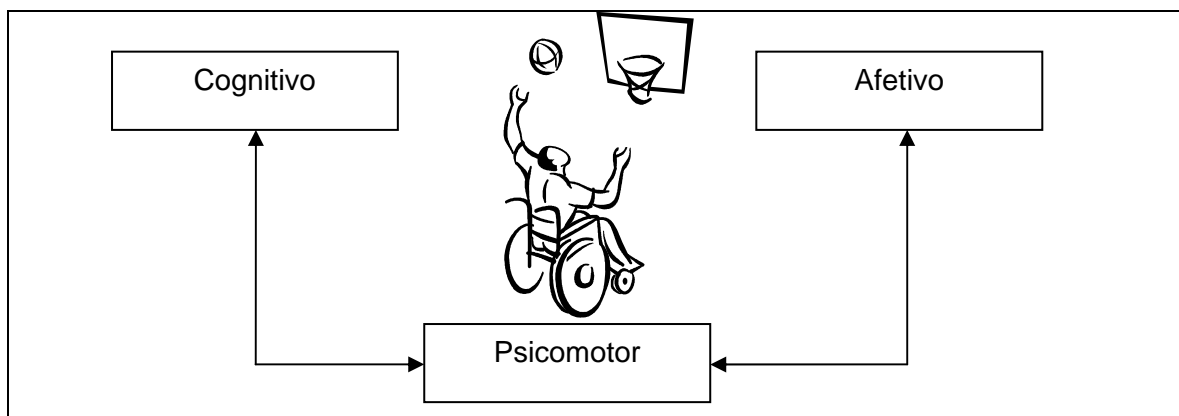
Entre os desafios enfrentados pelas escolas, está a capacitação dos professores de Educação Física, em articulação com o que propõe o projeto-político-pedagógico da instituição educacional, eixo norteador da prática educacional do professor em todos os componentes curriculares. Mediante a formação qualificada dos professores, sobretudo no aspecto da educação inclusiva, o ambiente escolar poderá significar para os estudantes um lugar de oportunidades para todos, sem nenhum excluir. Nesta direção, um trabalho bem articulado e desenvolvido em conjunto poderá propiciar aos estudantes com necessidades educacionais especiais:

[...] uma educação transformadora [...] que pressupõe compreender o aluno como sujeito portador de cultura e identidade própria, questionando e instigando-o mesmo à reflexão (CARVALHO *et al.*, 2010, p. 6).

Para propor ao estudante a construção do seu conhecimento é preciso buscar alternativas pedagógicas, operacionalizáveis no contexto de sala de aula, e no dia a dia da escola. Neste sentido, o projeto político-pedagógico articulado com os planos de ensino dos professores de Educação Física, consolida o compromisso com a qualidade do aprendizado, bem como a valorização do estudante como cidadão crítico e atuante no meio em que vive.

O propósito da Educação Física, como disciplina/componente curricular, é promover meios para o desenvolvimento de domínios que integrem o ser em sua totalidade, envolvendo o âmbito social, afetivo, cognitivo e motor.

Segundo Júnior, Lopes e Pereira (2008) é importante destacar a taxonomia de objetos educacionais de Bloom:



Quadro 1 – Divisão de objetivos educacionais de Bloom

Fonte: Elaborado pelo autor

Para os autores, o domínio cognitivo é o mais importante, pois deve ser o mais usado dos domínios. Segundo Pedrinelli (2002), o professor deve organizar jogos recreativos e atividades de forma que proporcione aos estudantes com necessidades educacionais especiais a oportunidade de raciocinar, de agir por seus próprios meios.

O domínio psicomotor é uma ação decorrente do movimento dos indivíduos, seja uma habilidade básica ou específica. Faz parte do comportamento natural do homem e não deve ser tão rigoroso já que os seus limites não são tão precisos (NETO, 2010). Nas aulas observadas, o movimento ficava por conta do aluno. Os movimentos que eles realizavam eram específicos, como alongamento, movimentos do futsal, do basquete, do voleibol ou da queimada. São movimentos que exigem treinamento para se atingir o objetivo, que é de vencer uma determinada competição.

Os movimentos específicos ou repetitivos não exigem dos estudantes a oportunidade de raciocinar ou de solucionar problemas, apenas melhoram a condição física e os tornam melhores na parte física. Se o professor elaborar atividades ou jogos cooperativos, que proporcionem diversas experiências com oportunidades de raciocinarem, de solucionarem problemas, poderá desencadear uma série de fatores positivos, dentre eles: parceria e confiança compartilhamento, amor, alegria, satisfação, criatividade e amizade.

## 1.6 – A Relação da Educação Física no Processo de Inclusão de Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais

A Educação Física, se realizada levando em consideração as diferenças, e atuando para que elas sejam minimizadas, pode representar um espaço de inclusão relevante no meio escolar. Para Gadotti (apud Lemos 2002, p. 16), o grande desafio dos educadores é:

[...] a busca de uma educação para todos que respeite a diversidade, as minorias, os direitos humanos, eliminando estereótipos e substituindo o conceito de igualdade das pessoas pelo de equidade, ou seja, pelo exercício da igualdade de direitos e o respeito às diferenças.

A Educação Física pode oferecer aos estudantes com necessidades educacionais especiais variadas formas de atividades capazes de despertar seu interesse (CONFED/REVISTA EDUC. FÍSICA, 2003). Segundo Ferreira (2010), as atividades de Educação Física, assim como podem auxiliar na construção de novas identidades, podem, também, proporcionar espaço de preconceito e a exclusão.

A importância da Educação Física para os estudantes com necessidades educacionais especiais se dá por permitir a esses estudantes a participação nas atividades. Para Cidade e Freitas (2002), a disciplina deve ser adequada ou adaptada ao estudante de acordo com a idade cronológica e o desenvolvimento intelectual. Segundo Pedrinelli (apud Cidade e Freitas, 2002, p. 27), “todo programa de Educação Física deve conter desafios direcionados a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitando suas limitações, promover a autonomia e enfatizar o potencial... ”.

O professor é o mediador, detentor do conhecimento pedagógico e responsável pelo processo de desenvolvimento dos alunos. Além dos seus conhecimentos específicos relacionados à disciplina que leciona, o professor precisa conhecer os seus estudantes com necessidades educacionais especiais para definir a metodologia a ser aplicada. Segundo Cidade e Freitas (2002), o professor deve levar em consideração:

- o momento de aprendizagem e o desenvolvimento de todos,
- o tempo em que o aluno permanece atento às atividades,

- os interesses e necessidades dos estudantes,
- o momento certo de adequar a atividade e
- as possibilidades e capacidades do aluno.

As autoras afirmam que para adequar as atividades propostas deve-se considerar seu conhecimento sobre os esportes, atividades lúdicas, ter domínio sobre o tempo e espaços disponíveis, além da disponibilidade de materiais necessários à específica atividade proposta. Além disso, deve atentar para o planejamento das atividades, aplicação da metodologia de acordo com a necessidade dos estudantes, criatividade, estratégias e utilização dos recursos e as adaptações adequadas. Percebe-se, assim, que não é tão simples ministrar aulas de Educação Física, área que demanda formação básica específica e qualificação na modalidade de formação continuada, sobretudo referente à perspectiva inclusiva educacional.

Quando se pergunta à geração de uma ou duas décadas atrás como era a sua aula de Educação Física, a resposta é quase unânime: corrida em volta da quadra, futsal para os meninos e queimada ou voleibol para as meninas; professores conversando com as alunas ou, muito frequentemente, não se faziam presentes. Para Cidade e Freitas (2002), a aula de Educação Física envolve muito mais que apenas movimento. O movimento é importante, mas a aula precisa ser completa, envolvendo também o âmbito cognitivo, afetivo e social.

### **1.6.1 – A Importância da Educação Física no Processo de Inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais**

A formação acadêmica do professor, embora primordial para o efetivo exercício da docência em Educação Física, não garante qualidade nas aulas por ele ministradas, circunstância que pode comprometer a formação dos estudantes com necessidades educacionais especiais. É preciso buscar ampliar conhecimentos relacionados à perspectiva educacional inclusiva, pois não há mais como imaginar, na atualidade, uma classe sem estudantes com necessidades educacionais especiais. Certamente, mudanças em termos de mentalidade e de atitude poderão surgir a partir do momento em que os

docentes admitirem a necessidade de buscar novos conhecimentos que possam favorecer sua prática pedagógica junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Segundo Pedrinelli (2002), atualmente é comum encontrar nas aulas de Educação Física das escolas públicas a não-participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, ainda que estejam presentes. Dessa forma não há inclusão, e sim, estudantes desinteressados, deixados de lado, a mercê de programas assistencialistas. Para a autora, há como reverter essa situação, o profissional de Educação Física deve ter a visão *inclusivista*, visão que entende a diversidade como riqueza de aprendizagem.

De acordo com autora, na educação *inclusivista* os estudantes com necessidades educacionais especiais vivenciam de maneiras diversas as oportunidades que lhes são propostas. Sentem-se motivados e despertam interesse não só pela Educação Física, mas pelos professores, servidores e seus próprios colegas. As aulas se tornam prazerosas, um ambiente de cumplicidade que favorece a troca de experiência e estabelece a cooperação. Isso se o professor de Educação Física adotar a educação inclusiva como recurso de trabalho, tendo como foco o desenvolvimento do estudante.

A Educação Física como disciplina escolar é tão importante quanto as outras disciplinas do currículo. O desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais em muito depende dessas aulas. Para Pedrinelli (2002, p. 33), além da necessidade da visão *inclusivista* que o professor deve adquirir, é necessário também “que o profissional procure sempre informar-se sobre a condição de saúde do aluno paciente, obtendo aprovação médica para participação, se for o caso”.

A partir daí devem elaborar suas atividades de forma que todos participem. Para Hildebrandt (1987), o professor deverá planejar sua aula, articulada com o Projeto Político-Pedagógico da escola, desenvolver métodos novos e criativos de ensino/aprendizagem acompanhando e realizando intervenções em prol do aluno dentro de suas possibilidades e limitações, respeitando sua liberdade e suas expressões para que ele possa crescer, desenvolver sua autonomia e se tornar um cidadão íntegro e crítico.

O professor de Educação Física deve respeitar a individualidade e a liberdade dos estudantes proporcionando a eles diversas possibilidades de



desenvolverem sua criatividade, criando e recriando, buscando sempre a melhor maneira de realizar o movimento. As experiências vividas pelo estudante poderão levá-lo à construção de seu conhecimento, de sua cultura e de sua personalidade. A linguagem corporal desenvolvida pela Educação Física aglutina e expõe uma quantidade infinita de possibilidades que, ao desenvolvê-la, proporciona a inserção do educando na sociedade colocando-o em ação/interação com o mundo (MATTOS, 2004).

A Educação Física pode ou não representar uma possibilidade de inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais. Os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCN) servem de orientação e levam a disciplina a proporcionar uma formação integral de forma que se tornem conscientes de suas atitudes, como indivíduos inseridos socialmente. As aulas de Educação Física promovem o desenvolvimento da capacidade física e da saúde, e também proporcionam uma relação positiva dos estudantes com o meio em que vivem.

Para favorecer a inserção dos estudantes ao meio social, o professor de Educação Física deve criar estímulos e oportunidades de vivência, incluindo a experimentação de variados movimentos e exploração de suas potencialidades. Os estudantes, por meio das atividades de Educação Física, além de perderem a vergonha, ficam menos inibidos para realização de movimentos e fortalecidos para o enfrentamento das barreiras do preconceito frente às diferenças, constroem uma relação mais sólida com as pessoas com as quais convivem. Respeitando as diferenças, passam a se conhecer e a conhecer os outros (PCN/ EDUCAÇÃO FÍSICA, 2001).

## **II – OBJETIVOS**

### **2.1 – Objetivo Geral**

Avaliar em que medida as aulas de Educação Física, no município de Cidade Ocidental-GO, têm contribuído para o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

### **2.2 – Objetivos Específicos**

- Analisar se ocorre ou não a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física
- Verificar de que modo os estudantes com necessidades educacionais especiais se comportam durante as aulas de Educação Física.
- Analisar se as aulas de Educação Física de Cidade Ocidental/GO têm favorecido ou não o processo de desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

### III- METODOLOGIA

#### 3.1 – Fundamentação Teórica da Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa que tem como objetivo principal a interpretação do fenômeno observado. Segundo Spindola e Santos (2003, p. 2), a pesquisa qualitativa “preocupa-se com os indivíduos e seus ambientes em suas complexidades, não havendo limites ou controle impostos pelo pesquisador”.

Os dados foram construídos por meio da aplicação de questionários aos “professores de Educação Física”, além da observação de suas respectivas aulas, das quais participavam estudantes com necessidades educacionais especiais. Os resultados foram permeados por aspectos subjetivos, favorecendo a busca de entendimentos sobre o tema em questão, bem como percepções significativas relativas à atuação dos “professores de Educação Física”, no contexto investigado neste estudo.

Gil (1989 p. 125), afirma que o questionário tem como objetivo a quantificação de fenômenos sociais, pois se trata de um instrumento para obtenção dos mais diversos aspectos da vida social e define este instrumento de pesquisa da seguinte forma:

[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.

#### 3.2 – Contexto da Pesquisa

No município de Cidade Ocidental/GO, ao todo, são seis unidades de ensino da rede pública, que ofertam os anos finais do Ensino Fundamental, do 6º ano ao 9º ano. Todas estas instituições seguem a legislação que asseguram e garantem o direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Essas escolas possuem um total de 10 “professores de Educação Física” que compõem o quadro atual e que participaram da presente pesquisa.

De modo geral, as escolas apresentam estrutura física com poucas condições de atendimento aos estudantes com necessidades educacionais especiais. Das seis escolas do município, quatro possuem quadras de esportes, uma possui apenas um espaço livre destinado às atividades físicas e uma utiliza quadra coberta pública que fica do lado de fora da escola.

Das escolas pesquisadas, somente duas possuem salas de recursos, em outras duas, estão sendo construídas e o restante ainda não tem prazo definido para a sua implementação. Cada escola dispõe de uma orientadora educacional que acompanha exclusivamente os estudantes com necessidades educacionais especiais para auxiliar nas atividades dos professores.

Para a pesquisa, foram selecionados os 10 “professores de Educação Física” da rede pública de ensino que atuam nas turmas do 6º ano ao 9º ano. As turmas observadas foram as que tinham nelas matriculados estudantes com necessidades educacionais especiais.

O quantitativo de “professores de Educação Física”, por escola, varia de um a três, conforme o número de turmas. O total de estudantes com necessidades educacionais especiais totalizam 23, tendo turmas com um ou dois estudantes matriculados e que participam das aulas.

Os materiais esportivos são de boa qualidade e foram comprados com orçamento do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), um programa do governo federal que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos.

### **3.3 – Participantes**

Para a pesquisa, foram investigados 10 “professores de Educação Física” da rede de ensino público que atuam no município de Cidade Ocidental/GO, nas turmas do 6º ano ao 9º ano, cujos estudantes com necessidades educacionais especiais participam das aulas de Educação Física.

Optou-se por observar as aulas de Educação Física em um turno, em um tempo máximo de 2h30min, em pelo menos três turmas de cada escola. Ao

final de cada aula observada, foi elaborado um relatório em que constavam o plano de aula desenvolvido pelo professor, o comportamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais em relação às atividades desenvolvidas e o comportamento dos colegas da turma frente o desempenho desses estudantes.

Ao final das aulas observadas foi aplicado, aos professores, um questionário com 12 questões objetivas para avaliar se a aula de Educação Física é um fator de exclusão ou de inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais.

### **3.4 – Instrumentos de Construção de Dados**

No caso da presente pesquisa, a construção dos dados, referentes à verificação da atividade de Educação Física, em um dado contexto, como fator favorável ou desfavorável à inclusão escolar, partiu da aplicação de questionário estruturado que levantou a percepção do professores da referida disciplina acerca do aproveitamento dos alunos com necessidades educacionais especiais, além da observação de aulas de Educação Física ministrada pelo mesmo grupo de professores.

### **3.5 – Procedimentos de Construção de Dados**

A presente pesquisa aborda a disciplina de Educação Física como fator capaz de incluir ou de excluir estudantes com necessidades educacionais especiais. No primeiro momento buscou-se contar com a participação de todos os “professores de Educação Física” do município de Cidade Ocidental/GO. Dessa forma, foi possível acessar o grupo de “professores de Educação Física” do município, com vistas a verificar em que medida a proposta pedagógica da disciplina poderia ou não ser considerada inclusiva na perspectiva do atendimento ao estudante com necessidades educacionais especiais.

Todos os anos a Secretaria de Educação de Cidade Ocidental-GO promove um encontro pedagógico com todos os professores, de todos os segmentos, do município. Sendo assim, o primeiro contato com os “professores

de Educação Física” ocorreu durante referido encontro, no dia 05 de fevereiro de 2011. Na oportunidade, foi possível estabelecer um contato com os diretores e professores para que fossem apresentados formalmente os procedimentos legais, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), necessário para a construção dos dados da pesquisa, bem como foi relatado o objetivo e o tema da pesquisa.

Após assinatura dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido por parte dos professores, foram agendados horários para observações de aulas de Educação Física e aplicação do questionário aos professores.

Foi solicitada autorização junto aos diretores das respectivas unidades de ensino, mediante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Após autorização dos diretores, as escolas foram visitadas e tiveram suas identidades preservadas passando a apresentar nomes fictícios.

O quadro a seguir apresenta detalhadamente os dias em que foram realizadas as observações das aulas de Educação Física.

Data	Início/ Horário	Período	Escola	Nº de aulas observadas	Tempo de observação
10/02	08h20min	Matutino	Alfa	03	02h30min
11/02	13h50min	Vespertino	Beta	03	02h30min
14/02	08h20min	Matutino	Gamma	03	02h30min
16/02	13h50min	Vespertino	Delta	03	02h30min
18/02	13h50min	Vespertino	Épsilon	03	02h30min
23/02	08h20min	Matutino	Zeta	03	02h30min

Quadro 2 – Cronograma de observação das aulas de Educação Física

O questionário foi aplicado a cada professor, no término da respectiva aula de Educação Física.

### 3.6 – Procedimentos de Análise de Dados

Para a análise dos dados foram considerados os relatórios de observações das aulas de Educação Física, bem como os questionários aplicados aos 10 professores das turmas/aulas observadas, das seis escolas que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais matriculados do 6º ano ao 9º ano. Com base na análise dos dados construídos,

buscou-se verificar o percentual das respostas apresentadas pelos “professores de Educação Física”, bem como a análise das respostas que serão expostas em gráficos.

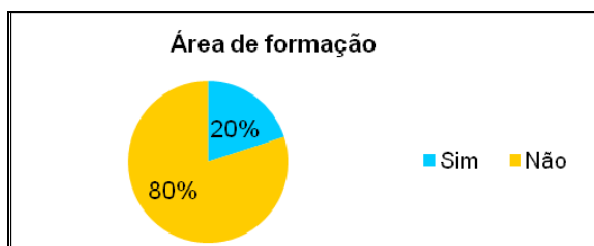
Com relação aos dados, referentes às práticas pedagógicas implementadas nas aulas de Educação Física, objetivou-se avaliar se a Educação Física, naquele específico contexto, tem favorecido ou não o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais das escolas da rede pública de ensino do município de Cidade Ocidental/GO. Para análise dos resultados da pesquisa, incluindo dados referentes às observações das aulas de Educação Física e também dados referentes à aplicação de questionários aos professores, foram criadas as seguintes categorias:

	<b>Categorias de análise</b>
<b>Dados do professor</b>	-Qualificação profissional – Graduação.
	-Formação continuada em educação inclusiva.
	-Conhecimento sobre a deficiência do estudante.
<b>Plano de aula</b>	-Elaboração do plano de aula.
	-As aulas ministradas que favorecem a participação.
	-As aulas ministradas que favorecem a cooperação.
<b>Comportamentos/attitudes do estudante com NEE</b>	-Participação do(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física.
	-Domínio mais desenvolvido pelo(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais
<b>Comportamentos/attitudes dos colegas</b>	-Discriminação do(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais pelos colegas de classe.
	-Sensibilidade do(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais em relação às críticas feitas pelos professores ou pelos colegas.
	-Reação do(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais para solucionar o problema.

Quadro 3 – Categorias de análise

#### IV – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados obtidos com a aplicação dos questionários aos professores foram compilados e analisados. Todas as perguntas foram direcionadas aos “professores de Educação Física” e se referem diretamente aos estudantes com necessidades educacionais especiais, do 6º ano ao 9º ano, que participaram das aulas de Educação Física nas escolas públicas do município de Cidade Ocidental/GO.



**Gráfico 1: Área de formação**

Levando em consideração a área de formação do “professor de Educação Física” nas escolas públicas do município de Cidade Ocidental/GO, no recorte da presente pesquisa, 80% deles não possuem formação específica na área. Os resultados apontam uma grande distorção referente à formação de professores que atuam nas escolas públicas do município, circunstância que exige uma atenção maior das autoridades em relação ao processo de seleção e formação do quadro docente.

De acordo com as informações dos próprios professores que lecionam Educação Física, muitas vezes, atuam com o objetivo de completarem a carga horária, sem formação ou conhecimento sobre a disciplina. Segundo Nicolielo (2009), dados do INEP revelam que professores sem formação superior ou formados em outras áreas, que lecionam nos anos finais do Ensino Fundamental, acabam infringindo as normas previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN).

Tais atitudes, no que diz respeito ao processo de seleção dos “professores de Educação Física”, podem comprometer a qualidade do ensino e o processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais.



Além de se discutir sobre a formação básica do “professor de Educação Física”, em nível de graduação, é importante também abordar a formação continuada desse professor, sua capacitação e o aperfeiçoamento, que são ações fundamentais para que os professores se atualizem e ampliem seus conhecimentos.



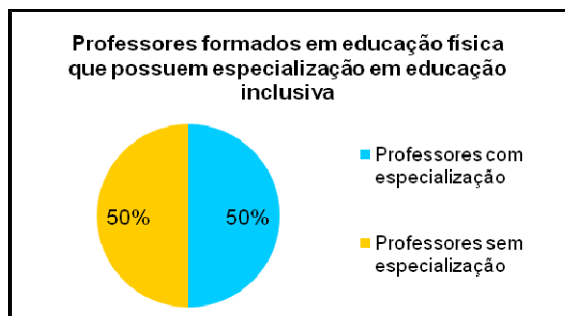
**Gráfico 2: Formação continuada em educação inclusiva**

De acordo com o gráfico, 90% do total de “professores de Educação Física” que atuam nas escolas públicas do município de Cidade Ocidental/GO, nos anos finais do Ensino Fundamental, não possuem especialização em educação especial. Para Cidade e Freitas (2002), é importante que o professor de Educação Física tenha conhecimento, tanto dos conteúdos específicos da disciplina como dos estudantes. De acordo com a LDBEN artigo 59, inciso III serão assegurados aos estudantes com necessidades educacionais especiais:

[...] professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (LDBEN, 1996, p. 47).

Os resultados evidenciam que um restrito número de “professores de Educação Física”, no recorte desta pesquisa, busca a formação continuada como estratégia para aprofundamento e ampliação de conhecimentos relacionados à área. A especialização na área de educação inclusiva parece não atrair a maioria dos professores. Muitos se esquivam quando o assunto é estudantes com necessidades educacionais.

Segundo Oliveira e Marques (2008), é imprescindível a preparação dos professores que atendem estudantes com necessidades educacionais especiais que estudam em escolas públicas. Para a autora, os professores precisam buscar meios de se capacitarem para que possam oferecer a esses estudantes um atendimento compatível com suas reais necessidades.



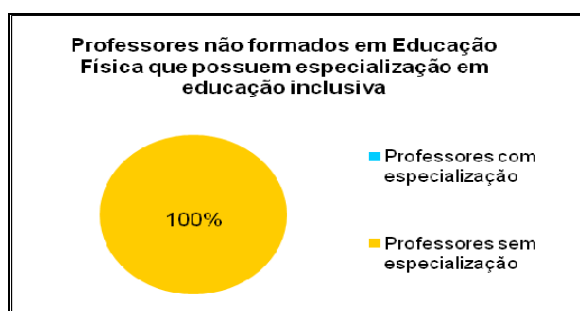
**Gráfico 2.1: Qualificação Profissional – Graduação e Especialização**

De acordo com o gráfico 2.1, 20% dos professores formados em Educação Física somente 50% possui especialização em educação inclusiva. Num total de 10 “professores de Educação Física”, participantes deste estudo, somente 01 possui graduação na área e também especialização em educação inclusiva. Para Beyer (2006, p. 57), a especialização ou formação continuada pode trazer benefícios aos estudantes com necessidades educacionais e ao processo de inclusão:

Para os professores em atividade, para quem a proposta da integração/inclusão escolar surge como um adicional “complicador”, uma formação continuada deveria tentar propiciar ferramentas básicas, tendo em vista sua capacitação. Evidentemente, esta formação deve ter os requisitos essenciais para uma condução razoável do processo de ensino-aprendizagem, desde os fundamentos conceituais da educação integradora/inclusiva até os aspectos pedagógicos implícitos nesse processo, tais como a metodologia de ensino, os recursos didáticos, as formas de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, sua progressão escolar, as questões de avaliação e da terminalidade escolar.

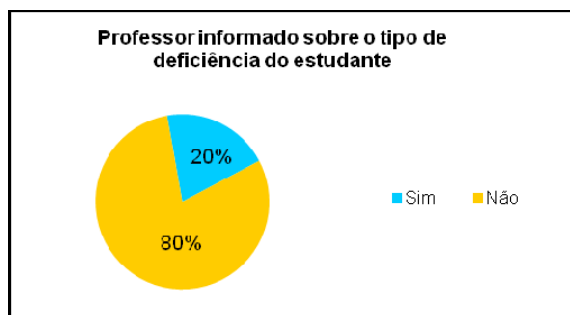
Vários trabalhos científicos são produzidos e discutidos para que o professor busque ampliar seus conhecimentos (aperfeiçoamento, especialização). O processo de inclusão necessita da gradual e ampla

transformação da escola, no âmbito das concepções de atitudes/ações pedagógicas, a começar pela responsabilização dos próprios professores no sentido de promover tais transformações. Neste sentido, os professores devem ampliar seus conhecimentos, de modo a provocar discussões, reflexões acerca das práticas escolares adotadas, contribuindo para quebra de paradigmas relacionados à educação inclusiva e conseqüentes modificações na estrutura de atendimento às necessidades educacionais especiais dos estudantes,



**Gráfico 2.2: Qualificação Profissional – não possuem qualificação**

Os resultados demonstram que, entre os professores que lecionam Educação Física sem a formação específica na área, nenhum possui especialização em educação inclusiva. Esse fator prejudica ainda mais a atuação do professor, que acaba encontrando dificuldades em compreender e corresponder às demandas pedagógicas específicas dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Segundo Beyer (2006), a especialização em educação inclusiva pode contribuir com o processo de ensino/aprendizagem, a fim de proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais especiais uma educação de qualidade. Para Lemos (2002), a qualidade do ensino, nos dias atuais, está centrada na busca de um modelo educacional inclusivo que contemple a todos os estudantes, que considere as diferenças, as minorias, os direitos humanos, respeitando o princípio da igualdade.



**Gráfico 3: Conhecimento sobre a deficiência do estudante**

O estudo revelou que a grande maioria dos professores, 80%, não tem conhecimento das deficiências de seus respectivos alunos que possuem necessidades educacionais especiais. A menor representatividade, 20% dos professores, indica a realidade que a rede pública de ensino do município de Cidade Ocidental/GO enfrenta: “professores de Educação Física”, dos anos finais do Ensino Fundamental, com insuficiente conhecimento acerca do tipo de deficiência dos seus estudantes.

Observou-se por meio deste estudo que a grande maioria dos “professores de Educação Física” investigados, independentemente de sua formação básica ou continuada, não demonstram obter conhecimento dos tipos de necessidades educacionais especiais que seus respectivos estudantes possuem, logo, é inquestionável a deficiência pedagógica das ações direcionadas a este grupo de alunos e o conseqüente prejuízo ao processo de desenvolvimento e aprendizagem de cada um destes estudantes. Neste sentido, Cidade e Freitas (2002), enfatizam a relevância do professor de Educação Física ter conhecimento sobre os seguintes aspectos relativos ao desenvolvimento dos estudantes: biológico, cognitivo, motor, social e afetivo.

Para Eminergídio *et al.* (2010, p. 64), os serviços de apoio são importantes no processo de inclusão desses estudantes:

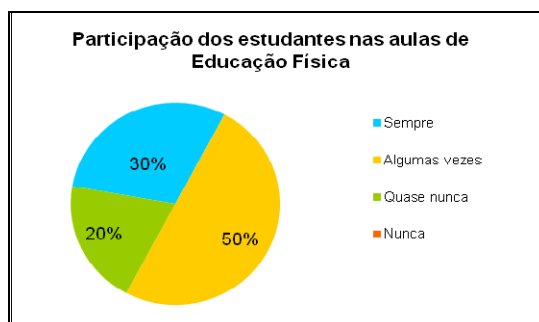
A inclusão de estudantes na classe comum do ensino regular requer o bom entendimento e a interação entre o(s) professor (es) especializados(s) que atua(m) na regência de classe e o(s) professor(es) especializados(s) que atua(m) na instituição educacional. Essa interação beneficiará o estudante com deficiência [...]

De acordo com os achados desta pesquisa, apenas duas escolas do município de Cidade Ocidental/GO possuem salas de recursos, o que dificulta

a interação entre “os professores de Educação Física” e os orientadores educacionais.

Para Eminergídio *et al.* (2010), para que haja a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais na classe comum, é preciso bom entendimento e interação entre os profissionais que atuam nessas instituições educacionais: professores que regem a classe e profissionais especializados em educação inclusiva. Para o autor, essa interação beneficiará o estudante, proporcionando a sua aprendizagem e o seu conhecimento.

De acordo com as observações das aulas, os professores se restringiam a encaminhar os estudantes para a quadra de esportes, providenciar um rápido alongamento e separar as equipes de alunos por modalidades. Deixavam por conta dos alunos a escolha de colegas para formação de times, sem nenhuma intervenção. Em nenhum momento foi observada ação pedagógica associada às aulas que remetesse a um planejamento previamente estruturado como deveria ser.



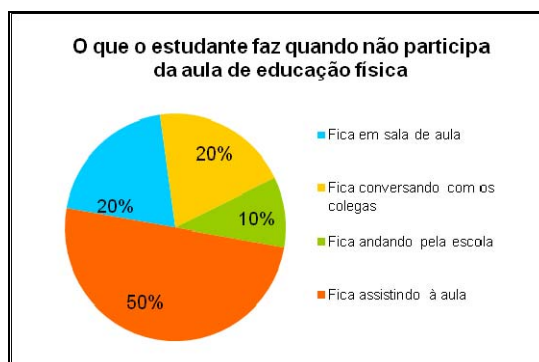
**Gráfico 4: Estudantes participativos**

Quanto à percepção dos professores a respeito da participação dos estudantes nas aulas de Educação Física, os resultados apontaram que 50% dos alunos participavam das aulas algumas vezes, 30% dos alunos sempre participavam e 20% quase nunca participavam. Com base nestes dados, pode-se deduzir que a qualidade das aulas de Educação Física é comprometedor para o processo de desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, prejudicando ainda o processo de inclusão escolar.

A falta da prática das atividades nas aulas de Educação Física pode comprometer o desenvolvimento, a criatividade, a produção corporal e a

liberdade dos estudantes com necessidades educacionais especiais (HILDEBRANDT, 1987).

Segundo Cidade e Freitas (2002), nem todas as escolas públicas têm condições de receber estudantes com necessidades educacionais especiais. Os achados deste estudo corroboram a afirmação das autoras, pois foi evidenciado que muitos professores não se sentem preparados para lidar/contribuir com o processo de inclusão escolar.



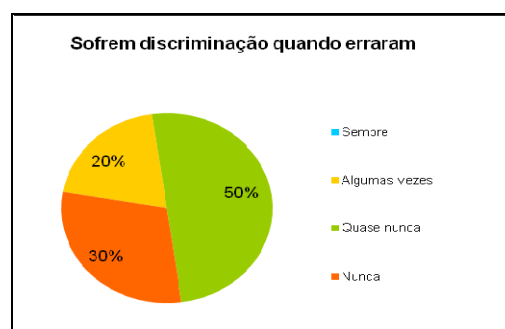
**Gráfico 5: Ocupação do estudante quando não participa das aulas**

De acordo com os dados, os alunos que não praticam atividade física, muitas vezes por não ser escolhidos para compor os times, acabavam optando por assistir aos jogos, andar pelos corredores, ouvir música nos celulares, conversar com os colegas ou, por fim, acabavam voltando para as salas de aulas.

A partir das observações dos estudantes em aula de Educação Física, evidenciaram-se três momentos onde a não participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais foi revelada:

- Primeiro momento – as aulas ministradas não foram direcionadas aos estudantes com necessidades educacionais especiais, pois as decisões eram iniciativas dos estudantes regulares (sem deficiência).
- Segundo momento – como as aulas abordavam apenas o desenvolvimento específico de modalidades esportivas, geralmente futsal e queimada, os estudantes com necessidades educacionais especiais não eram escolhidos e acabavam não participando.
- Terceiro momento – os alongamentos e as brincadeiras propostas por alguns professores eram momentos de gargalhadas ou “malhação”, acarretando uma inibição a esses estudantes que optavam por não participar das atividades físicas.

Segundo Cidade e Freitas (2002), a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais na Educação Física da escola, quando adequadas às suas possibilidades, favorece sua valorização de si mesmo e entre os colegas, além da maior integração ao grupo. Para Hildebrandt (1987), o ensino da Educação Física deve ser centrado, obrigatoriamente, nos estudantes. Portanto, no caso dos estudantes com deficiência, como trabalhar com aqueles que não participam das aulas de Educação Física?



**Gráfico 6: Estudantes que sofrem discriminação**

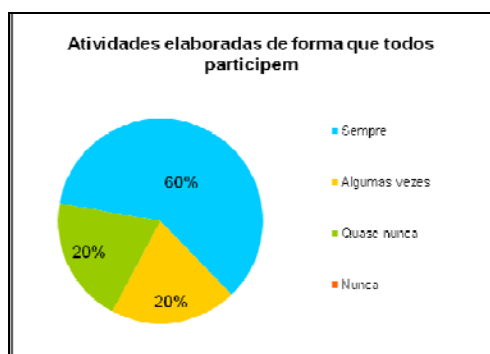
Quanto à discriminação dos estudantes quando erram ou não conseguem com êxito o resultado esperado, os professores afirmaram que 50% dos alunos quase nunca sofrem discriminação, 20% algumas vezes e 30% nunca. Por meio das observações em aula, foi possível verificar a frequente demonstração de comportamentos de intimidação dos estudantes com deficiência nos momentos de atividades físicas na quadra de esportes.

Houve uma discriminação velada. O direito de experimentar, de participar e de vivenciar foi violado e nada foi feito pelos professores para que se revertesse aquela situação. Então, por qual motivo a Educação Física se torna um fator de exclusão se a própria literatura lhe proporciona uma relação de infinitas oportunidades aos estudantes? Por que as barreiras ainda continuam a impedir a participação desses estudantes?

As escolas públicas do município de Cidade Ocidental/GO vêm enfrentando desafios em relação ao processo de inclusão. Tais desafios requerem grandes discussões no que diz respeito às práticas excludentes e seletivas nas escolas, às diferenças individuais e às barreiras que impedem o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

As escolas devem proporcionar aos estudantes com necessidades educacionais especiais um suporte pedagógico que ofereça condições mínimas para que seja eliminado qualquer tipo de discriminação, *bullying* ou preconceito. O intuito é fortalecer o princípio da educação inclusiva, a aquisição e construção do conhecimento do estudante com necessidades educacionais especiais de acordo com suas potencialidades, porém com o devido reconhecimento e respeito às suas limitações decorrentes de deficiência física/psicomotora, intelectual ou sensorial ou de transtornos globais do desenvolvimento.

Um dos principais fatores responsáveis por estas situações está no planejamento da aula. Para Hildebrandt (1987), um trabalho de qualidade depende de uma aula bem planejada, além do professor aplicar seu conhecimento, o seu plano de aula deve estar articulado com o Projeto Político-Pedagógico da escola. Deve constar em seu plano de aula métodos novos e criativos em prol do aluno, atendendo suas possibilidades e limitações, respeitando sua liberdade e suas expressões para que ele possa crescer, desenvolver sua autonomia e se tornar um cidadão íntegro e crítico.



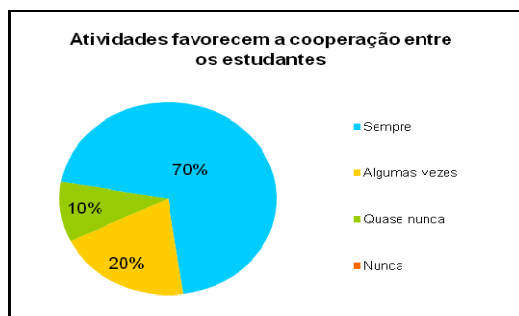
**Gráfico 7: Atividades elaboradas pelos professores**

A maior parte dos professores apresentaram a percepção de que as atividades por eles propostas são elaboradas de modo que todos os alunos participem, resultado que contradiz a maioria das observações. Foi possível constatar situações contrastantes. Numa das extremidades, pouquíssimos professores planejando e propondo atividades estruturadas e coerentes. Na outra, conteúdos repetitivos e sem função ou aplicabilidade em termos do desenvolvimento de habilidades. O que se viu foram crianças e adolescentes “soltos” nos pátios, sem coordenação nem direcionamento algum, sendo



somente a “queimada” e o futebol atividades que proporcionavam mobilização e movimento.

Tais resultados referentes à participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, não condizem com o que a literatura, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) propõem. De acordo com as observações, não foi identificado nas aulas de Educação Física padrões de comportamentos dos alunos nem tampouco direcionamento didático, pedagógico e educativo dos professores no sentido profícuo e adequado à perspectiva educacional inclusiva, tão necessária aos estudantes com deficiência quanto benéfico aos demais do grupo.



**Gráfico 8: Atividades que favorecem a cooperação**

Outro fator importante para o desenvolvimento do processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais é a cooperação entre eles. De acordo as análises, a maioria dos entrevistados, 70%, sempre se preocupa em elaborar atividades que promovam a cooperação entre os alunos. 20% algumas vezes e 10% quase nunca. Percebe-se que todos têm conhecimento da importância da cooperação. Entretanto, as observações das aulas não corroboram esses resultados, uma vez que os estudantes com necessidades educacionais especiais, em sua maioria, permanecem isolados e não participativos, pois não foram “chamados” a participarem nem pelos professores e nem pelos outros estudantes. Como as aulas se restringiram a trabalhar basicamente as modalidades de esporte coletivo, é possível que os professores tenham confundido competitividade e cooperação entre os elementos dos times em ação com a verdadeira concepção de cooperação, a qual pressupõe ação de todos para um objetivo comum, sem nenhum elemento excluir.

Lopes (2009, p. 2) apresenta um quadro de associação de ideias relacionadas e antagônicas ao sentido de cooperação:

Percepção/ação	Cooperação (encontro)	Competição (confronto)
Objetivo	Ganhar junto	Ganhar do outro
O outro	Amigo	Inimigo
Relação	Parceria e confiança	Desconfiança e rivalidade
Ação	Jogar com Troca e criatividade	Jogar contra, Rendimento
Clima do jogo	Leve e ativo	Tenso e pesado
Resultado	Compartilhamento	Vitória/derrota
Consequência	Sucesso compartilhado	Acabar logo o jogo
Motivação	Amor	Medo
Sentimentos	Alegria, satisfação	Insegurança, frustração
Símbolo	Ponte	Obstáculo

Quadro 4 – Diferença entre cooperação e competição

O professor deve se atentar a esses detalhes, pois com a competição pose-se iniciar a discriminação, a violência, o medo de arriscar e fracassar, a repressão de sentimentos e emoções, o egoísmo e o individualismo. Por meio de uma aula onde haja estímulo à cooperação, o estudante participa com alegria, compartilha com seus colegas e respeita sua diferença, vivencia a experiência com emoção e com liberdade, sente-se respeitado em um ambiente solidário em que suas limitações não são tão importantes quanto a vontade de estar junto com os demais indivíduos com que se relaciona (LOPES, 2009).

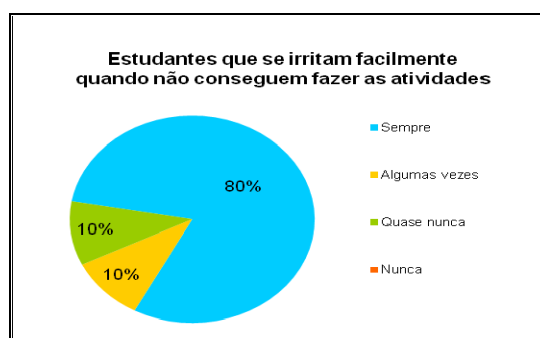
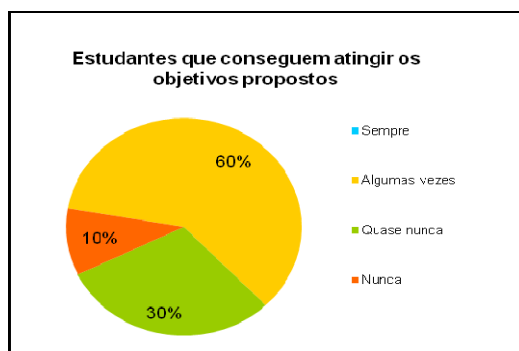


Gráfico 9: Estudantes que se irritam

Quanto à irritabilidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais durante as aulas de Educação Física, 80% dos que não conseguem

realizar as atividades se irritam com frequência, 10% se irritam algumas vezes e 10% quase nunca. O percentual dos que sempre se irritam é grande, o que pode sugerir que esse seja um item que precisa ser mais bem trabalhado para um melhor progresso do aluno com necessidades educacionais especiais. Nas aulas observadas, das poucas vezes que os estudantes com necessidades educacionais especiais participaram, destacaram-se as inúmeras vezes em que eles se irritaram devido às “chacotas”, “malhações” e gargalhadas por parte de outros estudantes.

O professor de Educação Física deve adotar estratégias que façam com que o estudante esteja sempre focado nas explicações. Deve utilizar frases curtas, incentivá-lo a todo o momento, reforçar a comunicação com gestos, valorizar os pontos fortes, observar os seus movimentos para que o estudante possa realizar as tarefas sob uma orientação. Dessa forma não só os estudantes com necessidades educacionais especiais estarão focados nas aulas, mas também toda a turma (PEDRINELLI, 2002).

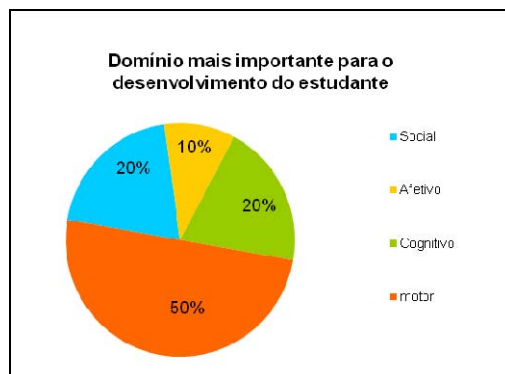


**Gráfico 10: Estudantes que conseguem atingir os objetivos propostos**

De acordo com a percepção dos professores, somente 60% dos estudantes conseguem atingir os objetivos algumas vezes, 30% quase nunca e 10% nunca. Isso sugere que a Educação Física está sendo quase inócua para o desenvolvimento do estudante com necessidades educacionais especiais.

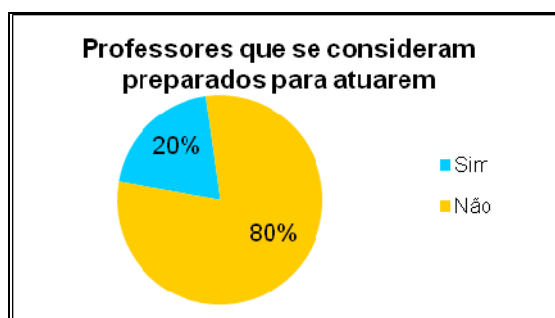
Infelizmente, as aulas de Educação Física observadas comprovam a falta de planejamento das aulas, a falta de conhecimento específico e sobre os estudantes, a falta de criatividade, a falta de visão *inclusivista* e a ausência da atuação do professor como mediador da aprendizagem dos estudantes. Segundo Sousa (2002), apenas apresentar a disciplina de Educação Física aos

estudantes com necessidades educacionais especiais e os conteúdos como partes do conhecimento não garante a inclusão e nem a participação dos estudantes nas aulas.



**Gráfico 11: Domínio mais importante**

Os resultados revelam que 50% dos professores apontaram o domínio motor como o mais importante de todos, enquanto 20% destacaram o cognitivo, 20% o social e 10% o afetivo.



**Gráfico 12: Professores preparados**

Por fim, dos 10 professores que atuam na rede pública de ensino do município de Cidade Ocidental/GO, com estudantes com necessidades educacionais especiais das turmas do 6º ano ao 9º ano, apenas 20% deles se consideram preparados para atuarem junto a esses alunos. Para Pedrinelli (2002, p. 32), o profissional de Educação Física que não promove a inclusão “está desprovido de conhecimento para atuar com a diversidade”, não sabe o que fazer, nem como fazer.

## V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação dos estudantes com necessidades educacionais especiais ganhou espaço ao longo da história através de normas e tratados nacionais e internacionais que se difundiram pelo Brasil e pelo mundo. Com isso ampliaram-se os direitos de cidadania e garantiu-se o acesso aos estudantes com necessidades educacionais especiais à educação escolar, no contexto regular de ensino, com o objetivo de promover tanto o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais quanto seu processo de inclusão educacional e social.

Esses estudantes apresentam alguma deficiência ou dificuldade de aprendizagem, mas isso não os impede de participarem das atividades sociais. A participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física constitui um exemplo de como podem participar e conviver com os outros estudantes, independentemente das dificuldades que apresentam. O papel da educação é compreender os estudantes com necessidades educacionais especiais como elementos de uma sociedade que estão na escola para aprender, construir conhecimentos, aplicá-los em seu cotidiano e transformar o mundo.

No entanto, a Educação Física, como disciplina escolar, pode representar uma possibilidade de inclusão para os estudantes com necessidades educacionais especiais, mas pode também representar um fator de exclusão. Sendo assim, a participação dos estudantes nas aulas de Educação Física não faz dela uma disciplina inclusiva, pelo menos, conforme as aulas observadas. Muitas vezes os estudantes com necessidades educacionais especiais são excluídos e marginalizados pela sociedade que acabam esquecendo que independentemente de sua deficiência, também fazem parte do contexto social.

Nas escolas do município de Cidade Ocidental/GO foi possível visualizar o pouco comprometimento que se tem com esses estudantes, a começar pela atuação dos “professores de Educação Física”, que, muitas vezes sem conhecimento, e sem orientação especializada, acabavam ministrando aulas que não contemplavam as necessidades educacionais especiais dos estudantes com deficiência. Tais circunstâncias são reflexos de uma base

pedagógica mal estruturada no que diz respeito à formação insuficiente dos professores, comprometendo a qualidade do ensino e a formação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Neste cenário torna-se desfavorecido o processo de desenvolvimento do ensino, da aprendizagem e da inclusão. O aprendizado dos estudantes com necessidades educacionais especiais fica bem abaixo do que é esperado, e do seu próprio potencial de desenvolvimento. Embora frequentem diariamente as escolas, os estudantes com necessidades educacionais especiais encontram dificuldades em se adaptar ao meio educacional e nele aprender e se sentir aceitos.

De acordo com as observações, constatou-se que os “professores de Educação Física” desconsideram as diferenças individuais nas aulas práticas, pois as atividades não-desportivas são deixadas de lado. O futsal e a queimada ainda são as principais alternativas utilizadas pelos professores como formas de aprendizagem com o corpo. Dessa forma se sobressaem os mais fortes sobre os mais fracos, o que contraria os princípios da inclusão. Em vez de prevalecer a valorização, a participação e a acessibilidade dos estudantes com necessidades educacionais, acaba contribuindo para o aumento da exclusão, das desigualdades sociais e da marginalização.

O papel da escola é garantir a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais em todas as disciplinas, incluindo a de Educação Física. As orientações propostas pelos PCN e pela LDBEN servem de eixo norteador para que os professores possam desempenhar o seu papel de modo que seus alunos adquiram, dominem e desenvolvam seus conhecimentos. Os estudantes com necessidades educacionais especiais só obterão sucesso se for respeitado o seu direito ao acesso e às oportunidades para que possam enfrentar as barreiras do mundo atual como cidadãos participativos e críticos.

Nas aulas de Educação Física é imprescindível a participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais, pois serão explorados os domínios cognitivo, afetivo, social e motor. A sua participação, bem orientada pelo professor, proporcionará interação afetiva com o grupo com o qual compartilha suas ideias. Dessa relação de convivência, o medo, a vergonha e a timidez deixarão de ser barreiras, que os levarão a tentar e

experimentar cada vez mais as oportunidades e desafios apresentados pelo professor.

Até o momento foi possível verificar a intenção da Educação Física como uma disciplina para todos, capaz de respeitar as diferenças e reconhecê-las como fatores que devem ser trabalhados junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A Educação Física é importante para promover a participação, os desafios e a construção de novas identidades e para enfatizar o potencial dos estudantes, com suas limitações e suas capacidades. Os principais agentes, responsáveis por todos esses fenômenos, são os professores, pois são eles os mediadores do processo, que planejam, orientam, propõem e executam.

Foi possível também analisar as deficiências apontadas pelas observações das aulas. Os dados demonstram a Educação Física como fator de exclusão. As aulas não são para todos, as possibilidades não são oferecidas, a impressão é que os estudantes não querem participar e as atividades não parecem ser atrativas.

O professor não possui “brilho”, criatividade e visão *inclusivista*. A maioria não tem formação acadêmica e nem especialização, não conhece seus alunos, seus problemas, suas condições, potenciais e limitações. Não há planejamento, nem metodologia, nem estratégia. A não-participação dos estudantes com necessidades educacionais especiais parece ser comum, assim como o seu desinteresse. Não há inclusão se não houver participação e comprometimento, seja do professor com a escola, com a comunidade, com os estudantes e consigo mesmo.

A lista a seguir, baseada na visão de alguns autores, mostra como a Educação Física pode promover a inclusão no contexto escolar:

- Formação acadêmica (LDBEN, 1996),
- Capacitação (OLIVEIRA E MARQUES, 2008),
- Conhecer o estudante com NEE (PEDRINELLI, 2002),
- Importância da participação do aluno (HILDEBRANDT, 1987),
- Evitar o preconceito (MITTLER, 2003),
- Favorecer o raciocínio (JÚNIOR, LOPES E PEREIRA, 2008),
- Adequar as atividades de acordo com a necessidade de cada aluno (PEDRINELLI, 2002),

- Planejamento de aula bem estruturado (HILDEBRANDT, 1987),
- Aceitar as diferenças (PEDRINELLI, 2002),
- Promover a cooperação (LOPES, 2009), e
- Visão *inclusivista* (CIDADE E FREITAS, 2002).

A Educação Física tem sua importância como qualquer outra disciplina, e requer do professor uma visão *inclusivista*, que reconheça as diferenças e transforme o seu ambiente de trabalho em um lugar prazeroso para todos (PEDRINELLI, 2002). Para a autora, o professor deverá buscar informações sobre as condições de saúde dos estudantes para que ele adapte as atividades conforme a necessidade. Dessa forma, poderá planejar suas aulas em que todos os estudantes possam participar, desde que articuladas com o projeto-político pedagógico (HILDEBRANDT, 1987).

O professor deverá respeitar a individualidade, a liberdade e suas limitações; proporcionar sua criatividade através dos movimentos, sua cultura corporal e sua personalidade; fazendo-o interagir com a sociedade por meio de suas infinitas possibilidades (MATOS, 2004); criará estímulos e oportunidades e promoverá alternativas que acabem com as barreiras do preconceito e das diferenças para que possam construir uma relação construtiva com o meio em que se relaciona (PCN/ EDUCAÇÃO FÍSICA, 2001).

Enfim, mesmo com toda a legislação vigente que dá respaldo à perspectiva educacional inclusiva, com diversos trabalhos de pesquisas relacionados à área, o problema da exclusão persiste nas escolas de nosso país. Os mais fortes ainda prevalecem sobre os mais fracos. Enquanto existir a queimada e o futsal como principais alternativas para as aulas de Educação Física, os estudantes com necessidades educacionais especiais continuarão esquecidos e marginalizados em um lugar que deveria ser de todos.

Portanto, é imperioso que o sistema público de ensino do município de Cidade Ocidental/GO promova transformações estruturais significativas de modo a solucionar o problema identificado nesta pesquisa referente à ausência de formação básica e continuada dos “professores de Educação Física”, para benefício de todos os estudantes, deficientes ou não e para que as aulas de Educação Física passem a significar para todos os alunos um contexto de Inclusão e não mais de exclusão.



## REFERÊNCIAS

ANGELUCCI, Carla Biancha. **Uma inclusão nada especial**. Tese de mestrado apresentada ao instituto de psicologia da universidade de São Paulo: 2002.

BALLONE, G. J. *Deficiência Mental* – Disponível em <http://sites.uol.com.br/gballone/infantil/dm1.html>> acesso em: 03/02/2011.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e avaliação na escola de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

BLATES, Ricardo Lovatto. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais**. Brasília: MEC, 2006.

BRASIL. **Resolução cne/ceb nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40.

CARVALHO, Anderson L. et al. **Projeto Político-Pedagógico – PPP**. Cidade Ocidental: EMHJB, 2010.

CIDADE, Ruth Eugênia; FREITAS, Patrícia Silvestre. **Integração – Educação Física adaptada**. Brasília: MEC/SEE: Ano 14 - Edição Especial/2002, p. 26 – 30.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – **Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade**. Espanha: UNESCO, 1994..

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano**. Ribeirão Preto, jan./abr, 2007, p. 21-32.

EMINERGÍDIO, Elemregina Moraes et al. **Orientação Pedagógica: educação especial**. Brasília: SEE/DF, 2010.

FERREIRA, Eliana Lucia. **Atividade Física, Deficiência e Inclusão Escolar**. Niterói: SEESP/MEC – volume 6, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1989.

HILDEBRANDT, Reiner, LAGING, Rall. **Concepções abertas no ensino da Educação Física**. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros, 1987.

JUNIOR, Jorge José Barros de Santana; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; PEREIRA, Dimmitre Morant Bieira Gonçalves. **Análise das habilidades cognitivas requeridas dos candidatos ao cargo de contador na**

**administração pública federal, utilizando-se indicadores fundamentados na visão da taxonomia de Bloom.** Revista Contabilidade & Finança – volume 19, nº 46 – São Paulo: 01/2008.

LEI DE DIRETRIZES E BASES. Lei nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996.

LEMOS, Elisabeth Ferretti. **Integração – Educação Física adaptada.** Brasília, MEC/SEE: Ano 14 - Edição Especial/2002, p. 14 – 22.

LOPES, Jeferson Campos. **Recreação – Educação para convivência e a cooperação.** Disponível em: C:\Documents and Settings\Junior\Desktop\Beto\RECREAÇÃO - CDOF\_com\_br.mht> acesso 05/03/2011.

LUSTOSA, Francisca Geny; BORTOLOTTI, Nadja Furtado. **Direito à Educação Inclusiva de Qualidade: Possibilidades e Propostas. Educação inclusiva: sem diversidade não há qualidade,** Fortaleza, 2, p. 8-14, 2007.

MATTOS, Mauro Gomes de, NEIRA, Marcos Garcia. **Educação Física na adolescência – Construindo o Conhecimento na Escola.** São Paulo: Phorte, 2004.

MEC/BRASIL. **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais.** Brasília: MEC, 2006.

MEC/Ministério da Educação – **PDDE.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas-dinheiro-direto-na-escola>> acesso 03/03/2011

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva – contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

MÜLLER, Adriana Regina de M. Pimentel et al. **Orientação Pedagógica: serviço especializado de apoio à aprendizagem.** Brasília: SEE/DF, 2010.

NETO, Carlos. Disponível em: [http://home.fmh.utl.pt/~cneto/dm\\_final.pdf](http://home.fmh.utl.pt/~cneto/dm_final.pdf). **Apostila de desenvolvimento motor – movimentos fundamentais.**, Lisboa: Faculdade de motricidade humana> acesso em: 05/03/2011.

NICOLIELO, Bruna. **Ensino fundamental: número de professores não formados diminui.** Nova Escola 25 anos – edição 233, Junho/Julho 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/planejamento-e-financiamento/ensino-fundamental-numero-professores-nao-formados-diminui-568127.shtml>> acesso em: 07/03/2011.

OLIVEIRA, Adriana T. M.; MARQUES, Silvana A.. **inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola.** Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <http://www.eac.fea.usp.br/cadernos/completos/46/dtrabalho-jorge-dimmitre-jorge-pg108a121.pdf>> acesso em 08/03/2011.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – **Educação Física 7º volume**. Brasília: MEC, 2001.

PEDRINELLI, Verena Junghähnel. **Integração – Educação Física adaptada**. Brasília: MEC/SEE: Ano 14 - Edição Especial/2002, p. 31 – 34.

SHIGUNOV, Vicktor, PEREIRA, Vanildo Rodrigues. **Pedagogia da Educação Física**. São Paulo: Ibrasa, 1994.

SOUSA, Sônia Bertoni. **Integração – Educação Física adaptada**. Brasília: MEC/SEE: Ano 14 - Edição Especial/2002, p. 35 – 38.

SOUZA, Maria das Dores. **Processo de inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais – ANEES: um estudo sobre gestão e planejamento em escolas públicas do Distrito Federal**. 2007. 61 f.. Tese (Dissertação em Mestrado) – Universidade de Brasília/Faculdade de educação. Brasília, 2007.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. Revista da escola de enfermagem da USP – volume 37, nº 2 – São Paulo: 06/2003.

## APÊNDICES

### A – Questionário Aplicado aos “Professores de Educação Física”

Os dados serão utilizados para a elaboração da Monografia para especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar UAB/UnB. Não é necessária a sua identificação.

**RESPONSÁVEL: Ender Alberto de Sousa Carvalho**, aluno de especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar da UAB/UnB.

Responda às perguntas abaixo considerando sua vivência e experiência com estudantes com necessidades educacionais especiais.

1) Você é formado em Educação Física?

Sim       Não

2. Possui especialização em educação especial?

Sim       Não

3. Foi-lhe informada a deficiência que os seus alunos apresentam?

Sim       Não

Se respondeu sim à pergunta anterior, cite a(s) deficiência(s)

---

4. O aluno participa das aulas de Educação Física com frequência?

Sempre  
 Algumas Vezes  
 Quase nunca  
 Nunca

5. Quando não participa, o que ele faz?

Fica em sala de aula  
 Fica conversando com os colegas  
 Fica andando pela escola  
 Fica assistindo à aula

6. Seus alunos sofrem de algum tipo de discriminação ou *bullying* quando realizam a atividade de forma errada?

Sempre  
 Algumas Vezes  
 Quase nunca  
 Nunca

7. As atividades são elaboradas de forma que todos participem?

- Sempre
- Algumas Vezes
- Quase nunca
- Nunca

8. As atividades favorecem a cooperação entre os alunos?

- Sempre
- Algumas Vezes
- Quase nunca
- Nunca

9. Os alunos se irritam facilmente quando não conseguem fazer as atividades?

- Sempre
- Algumas Vezes
- Quase nunca
- Nunca

10. Os alunos conseguem atingir o objetivo proposto?

- Sempre
- Algumas Vezes
- Quase nunca
- Nunca

11. Qual dos domínios você considera o mais importante para o desenvolvimento do aluno?

- Social
- Afetivo
- Cognitivo
- Motor

12. Você se considera preparado para atender às necessidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais?

- Sim       Não

**B – Roteiro de Observação das Aulas de Educação Física****Dia XX/02/11****Local: Escola XX****Aula X**

- 1) O professor é formado em Educação Física?  
( ) Sim ( ) Não
- 2) O professor possui especialização em educação especial?  
( ) Sim ( ) Não
- 3) O professor tem conhecimento da deficiência que seus alunos apresentam?  
( ) Sim ( ) Não
- 4) O professor elaborou o plano de aula?  
( ) Sim ( ) Não
- 5) As aulas ministradas favorecem:
  - A participação  
Sim ( ) Não ( )
  - A cooperação  
Sim ( ) Não ( )
- 6) O(s) estudante(s) é/são participativo(s)?  
Sim ( ) Não ( )
- 7) O(s) estudante(s) sofre(m) discriminação?  
Sim ( ) Não ( )
- 8) O(s) estudante(s) é/são sensível(is) a críticas?  
Sim ( ) Não ( )
- 9) Qual dos domínios o professor mais desenvolve?  
( ) Social ( ) Afetivo ( ) Cognitivo ( ) Motor
- 10) Os professores estão preparados para atenderem às necessidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais.

Observações:

---

---

---

---

---

---

---

---

### C – Relatório dos Dados da Observação

<b>RELATÓRIO DOS DADOS DA OBSERVAÇÃO</b>	
<b>Categorias de análise</b>	<b>Considerações sobre as observações das aulas de Educação Física</b>
-Qualificação profissional – Graduação.	
-Formação continuada em educação inclusiva.	
Conhecimento sobre a deficiência do estudante	
Elaboração do plano de aula.	
-As aulas ministradas que favorecem a participação.	
-As aulas ministradas que favorecem a cooperação.	
-Participação do(s) o(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais nas aulas de Educação Física.	
-Domínio mais desenvolvido pelo(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais	
-Discriminação do(s) o(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais feita pelos colegas de classe.	
-Sensibilidade do(s) estudante(s) com necessidades educacionais especiais em relação às críticas feitas pelos professores ou pelos colegas.	
Preparação dos professores para atenderem às necessidades dos estudantes com necessidades educacionais especiais	

## ANEXOS

### A- Carta de Apresentação – Escola



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola....

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilândia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias



metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como conseqüência uma educação inclusiva.

Informo que foi autorizado pela Secretaria de Educação por meio do ofício nº. .... DEM datado de 28/10/2010, a realização das coletas de dados para as pesquisas na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal.

Informações a respeito dessa autorização podem ser verificadas junto a Secretaria de Educação por meio dos telefones nº. ....

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista .....  
 sob orientação,.....  
 cujo tema é: ....., possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) ou por meio dos e-mails:

Atenciosamente,

---

**Diva Albuquerque Maciel**

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,  
Educação e Inclusão Escolar

**B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Professor**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar




---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhores Professores,

Sou orientando do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_ . Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa \_\_\_\_\_ (RELACIONAR O QUE SERÁ FEITO: POR EXEMPLO: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola, próprias das NEEs , INCLUSAÕ, ETC e, ainda, entrevistas gravadas em áudio com os professores no intuito de .....). Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone ..... ou no endereço eletrônico ..... Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

-----

Orientanda do .....UAB – UnB

---

Concorda em participar do estudo? ( ) Sim ( ) Não

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

E-mail (opcional): \_\_\_\_\_